

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Teve início hoje, dia 6 de julho, nova greve dos estivadores, convocada pelo SEAL, Sindicato dos Estivadores e da Actividade Logística, que se prolonga até 10 de agosto.

Esta mais recente paralisação significa novos problemas com o embarque de carga para os Açores, que ainda mal tinham sido ultrapassados desde a última greve que ocorreu em pleno período de pandemia.

Sabemos que o Governo da República, à semelhança das anteriores greves, conhece com profundidade as necessidades absolutamente indispensáveis da Região Autónoma dos Açores em termos da definição dos serviços mínimos que têm de ser prestados quanto ao transporte marítimo de mercadorias entre o continente e os Açores e em termos de frequências e de capacidade de transporte de mercadorias para Região. No entanto, preocupa-nos, à semelhança do que preocupa o Governo Regional dos Açores, o efetivo cumprimento destes serviços mínimos, pelo que iremos acompanhar de perto o ponto de situação do embarque de mercadorias durante esta nova greve do sindicato dos estivadores.

Recordamos que, no anterior período de greve, os serviços mínimos fixados foram bastante favoráveis e, apesar de não se anteverem constrangimentos, a realidade é que a dada altura foi efetivamente necessária a intervenção do Ministério das Infraestruturas e Habitação para acionar a requisição civil, porque não estavam a ser cumpridos os serviços mínimos.

Assim, atendendo ao exposto e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Partido Socialista eleitos pelo Círculo Regional dos Açores vêm por este meio dirigir ao Governo, através do Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, as seguintes perguntas:

1. Quais os serviços mínimos fixados para o transporte marítimo de mercadorias entre o continente e os Açores, para este novo período de greve dos estivadores?
2. Que medidas serão implementadas com o objetivo de garantir o cumprimento dos serviços mínimos para o transporte marítimo de mercadorias para os Açores?
3. Caso os serviços mínimos não sejam cumpridos, irá o Governo da República avançar com uma requisição civil?

Palácio de São Bento, 7 de julho de 2020

Deputado(a)s

ISABEL RODRIGUES(PS)

LARA MARTINHO(PS)

JOÃO AZEVEDO CASTRO(PS)